

A Biblioteca Pública brasileira sob o paradigma social da Ciência da Informação: por uma práxis engajada e de combate à desigualdade social

Jairo Santos¹

<https://orcid.org/0009-0000-2926-2061>

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento¹

<https://orcid.org/0000-0001-8176-5301>

Marta Leandro da Mata¹

<https://orcid.org/0000-0002-8371-4943>

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Resumo: Investiga *práxis* nas Bibliotecas Públicas brasileiras a partir do paradigma social da Ciência da Informação e da Agenda 2030 proposta pela Unesco para enfrentamento das desigualdades sociais. Parte da premissa de que a Ciência da Informação é uma ciência social aplicada e nesta pesquisa discute a natureza social dos fenômenos informacionais, através da tríade paradigma social da Ciência da Informação, Biblioteca Pública e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Metodologia: Pesquisa de natureza qualitativa, abordagem descritiva operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica junto à Base de Dados em Ciência da Informação. Durante levantamento bibliográfico junto à Brapci foram recuperados artigos que contemplaram a temática com um recorte temporal dos últimos oito anos (2015-2023). Foram selecionados 12 artigos como amostra válida e relevante. Resultados: Aponta, como resultado da análise da amostra, que as bibliotecas têm promovido ações em consonância com a Agenda 2030, com maior expressividade no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 - Educação de qualidade e que, nas demais dimensões foram relatadas poucas ações. Conclusões: tendo em vista o contexto social no qual as Bibliotecas Públicas estão inseridas, identifica a necessidade de ampliação de ações efetivas para o cumprimento da Agenda 2030, para cumprimento da responsabilidade socioinformacional enquanto agente governamental, através de uma *práxis* engajada e orientada ao combate das desigualdades sociais e à promoção da cidadania a partir do acesso à (in)formação. Espera como efeito das ações a emancipação e o protagonismo dos sujeitos.

Palavras-chave: biblioteca pública; paradigma social da ciência da informação; agenda 2030; objetivos do desenvolvimento sustentável; manifesto da biblioteca pública 2022

1 Introdução

A informação enquanto um fenômeno social pode contribuir de forma efetiva para promoção da cidadania e construção de uma sociedade mais justa (Araújo 2001), sua posse potencializa a produção de protagonismos pelos cidadãos durante a reprodução de sua existência. Capurro e Hjørland (2003, p. 345) a distinguem como uma força constitutiva na sociedade. No âmbito da Ciência da Informação (CI), o fenômeno Informação vem sendo continuamente observado e pesquisado a partir de três paradigmas: o Físico, o Cognitivo e o Social (Capurro; Hjørland, 2007; Nascimento, 2006).

Carneiro *et al.* (2018, p. 39) assinalam que o paradigma social foi propulsor para o entendimento da informação enquanto fenômeno social, inicialmente centrado no usuário e em suas necessidades informacionais abrangendo o uso, o comportamento de busca, a apropriação e a mediação da informação, mas na atualidade, vem expandindo-se possibilidades de análise a partir de ambientes, processos e regimes de informação (González de Gómez, 1999; Valentim *et al.*, 2010).

Por ora, as análises sob a ótica do paradigma social reconhecem que a produção do cotidiano e as práticas histórico-sociais apresentam-se como elementos centrais ao reconhecimento de processos informativos. Nascimento e Mata (2021) apontam que a CI, desde a sua emergência, vem acompanhando os movimentos da sociedade, as ações e usuários à medida que os problemas informacionais, sociais e econômicos foram se configurando na dinâmica social.

A Biblioteca Pública (BP), observada sob o paradigma social ou no contexto da dimensão social da CI vem sendo reconhecida enquanto uma instituição social, sujeita às ideologias e na qual identifica-se certa urgência em promover-se ações para acompanhar os movimentos da sociedade, por exemplo aqueles de base decolonial, atendendo certas necessidades de (in)formação principalmente de pessoas excluídas ou impossibilitadas de acessar um *quantum* de informação necessária à reprodução digna de sua existência, dentre as quais

destaca-se: o analfabeto, o morador em situação de rua, os povos originários, grupos praticantes de religião de matriz africana, o quilombola, o morador da favela, a comunidade LGBTQIAPN+, o idoso, as pessoas em situação de vulnerabilidade, enfim, grupos minoritários ou à margem da sociedade, que são pouco contemplados nas ações mais ampliadas de acesso à informação para o pleno exercício da cidadania.

A perspectiva decolonial pode ser entendida como uma via teórica e prática de desconstrução de padrões conceitos e perspectivas impostas aos povos colonizados. Nessa perspectiva observa-se um esforço de desnaturalizar epistemologias hegemônicas ou coloniais, conforme discutido por Rosa; Gonçalves; Peixoto (2022). Em suas postulações gerais a decolonialidade representa a formulação de uma grande crítica à modernidade ou à superioridade da chamada modernidade ocidental e ao capitalismo (Ballestrin, 2013). Spivak (2010) na obra ‘Pode o subalterno falar?’, destaca, a partir dessa perspectiva decolonial, a importância de se compreender a complexidade das relações de poder e voz nas sociedades contemporâneas. Questiona a (im)possibilidade desses sujeitos subalternos (marginalizados socialmente, economicamente e politicamente) terem uma voz que seja ouvida e compreendida nas estruturas de poder dominantes. Ela argumenta que, muitas vezes, as tentativas de representar os subalternos acabam por reforçar as suas condições de subalternidade, ao invés de proporcionar-lhes uma plataforma genuína para expressão.

No contexto brasileiro de desigualdades sociais, surge a necessidade de refletirmos sobre a pergunta de Spivak (2010) a partir do papel social da BP de promover o acesso à informação também para os subalternizados. Ao engendrar ações que permitam a expressão e a participação ativa desses subalternos, a BP pode começar a responder afirmativamente à pergunta de Spivak (2010). Isso implica não apenas disponibilizar recursos, mas também criar espaços, promover recursos e serviços inclusivos e acolhedores para que todas as vozes possam ser ouvidas e valorizadas.

A BP precisa constituir-se como um lugar para trocas, diversidade de saberes e experiências. Um lugar para consolidação de identidades, para resolução de compromissos do estado provedor relacionados aos direitos sociais,

ao direito à informação e à justiça social. Um lugar de resistência para enfrentamento da colonialidade enraizada no cotidiano que segrega, silencia, invisibiliza etnias, grupos, gêneros, movimentos e povos porque, durante sua formação, permaneceu com um olhar guiado pela cultura eurocêntrica que não privilegiou a igualdade e a diversidade de povos e oportunidades mais equânimes de desenvolvimento social e cultural (Avedoy, 2021; Tanus; Souza, 2022; Rosa; Gonçalves; Peixoto, 2022).

Nessa mesma perspectiva, o Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA; Unesco, 2022), endossa que a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais e que estas premissas só serão alcançadas a partir da formação de cidadãos para tornarem-se bem-informados visando exercerem seus direitos de cidadania na democracia.

Ora, sob tal premissa estabelecida pelo manifesto, a BP precisa comprometer-se universalmente com todos os cidadãos para viabilizar, naquilo que define as suas competências, o exercício desses direitos democráticos. Categoricamente, as diretrizes do Manifesto reafirmam que a democracia só é possível por meio de uma educação de qualidade, do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação, permitindo que o cidadão obtenha uma participação ativa na sociedade. Na sequência, atribuem à BP, enquanto instituição governamental, garantir o acesso à informação, a participação na sociedade do conhecimento, bem como à vida cultural, sobretudo, a um maior número de pessoas possível (IFLA; Unesco, 2022).

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Manifesto, destaca-se outro importante documento impactante para a conduta da BP, a Agenda 2030, elaborada coletivamente em 2015 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Agenda fundamenta-se em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), vislumbrando o desenvolvimento sustentável a partir da tríade: social, econômica e ambiental. Em sua concepção, reconhece a informação como a catapulta capaz de impulsionar a transformação e o protagonismo social dos indivíduos em busca da respectiva cidadania.

Na atualidade, as bibliotecas em todo o planeta estão sendo estimuladas a consolidar práticas em consonância com a Agenda 2030 a fim de combater as

desigualdades sociais (FEBAB, 2018). Nesta perspectiva, Moreira, Oliveira e Paiva (2021) ressaltam que a contextualização dos ODS da Agenda 2030, na esfera de atuação das BP, contribui para o fortalecimento de ações de informação para o alcance desses objetivos, bem como, para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Os ODS no âmbito de atuação da BP contemplam ações para alcance de grupos marginalizados e/ou de minorias, oferecendo produtos e serviços que atendam às reais necessidades desses grupos (não somente de informação), daí a necessidade de uma atuação articulada e interdisciplinar com outras instituições comprometidas com o bem-estar social e com o combate à desigualdade social. A BP enquanto uma das portas de acesso à (in)formação, precisa dar vez e voz ao cidadão, permitindo o exercício da plena cidadania de forma democrática, independente de quaisquer prerrogativas (IFLA; Unesco, 2022).

No que diz respeito à realidade da BP brasileira, observa-se que suas agências também estão inseridas em contextos nos quais imperam múltiplas manifestações de pobreza, racismo e desigualdade social e, nesse sentido, precisam atuar, de forma efetiva, no enfrentamento dessas problemáticas reconhecendo que muitos grupos, ainda minoritários, de fato deveriam ser seu público-alvo, mas até o momento não são.

Holanda, na canção Brejo da Cruz (Brejo [...], 1984), aponta para a invisibilidade de certos grupos de pessoas na sociedade, indicando que há milhares de seres que disfarçam tão bem, que ninguém pergunta “De onde essa gente vem”. Essa gente, a que o cantor se refere, é a classe proletária da sociedade, as pessoas que estão à margem e/ou abaixo da linha de pobreza, os que sofrem discriminação em virtude de vários fatores, tais como: gênero, condição social, credo religioso, etnia etc. e que, por vezes, são invisibilizados quanto ao acesso a seus direitos enquanto cidadãos.

A partir deste breve contexto descrito, analisamos as *práxis*¹ relatadas junto à literatura da área, ocorridas em BP brasileiras dirigidas ao combate às desigualdades sociais, sob as lentes teóricas do paradigma social e da Agenda 2030. O presente estudo aponta soluções importantes para uma *práxis* engajada, conforme estabelece o Manifesto da Biblioteca Pública (IFLA; Unesco, 2022) e

a Agenda 2030 (ONU, 2015). A BP é responsável por promover ações que vislumbram o protagonismo do cidadão a partir do acesso irrestrito à (in)formação. No entanto, observa-se letargias que impedem essa *práxis* engajada, seja por falta de interesse dos órgãos que mantêm esta instituição, falta de percepção do profissional da informação quanto ao seu papel social, falta de estrutura física dos espaços, baixa qualidade dos acervos, falta de equipamentos tecnológicos ou ainda pela ausência de profissionais capacitados para desenvolver as atividades nestes espaços.

2 A práxis engajada da biblioteca pública brasileira e a Agenda 2030 no combate à desigualdade social

Ranganathan (2009) preconiza que as bibliotecas são organismos vivos. À BP, como parte orgânica da sociedade, cabe assumir o compromisso social de contribuir de forma ativa com o desenvolvimento social. O contexto social é dinâmico e requer ações sistemáticas e eficientes de enfrentamento da desigualdade social, observando-se a realidade brasileira. Suaiden e Leite (2021) entendem a BP como uma porta de acesso ao conhecimento para a comunidade a que serve e, externam que o combate às desigualdades é missão de todas as instituições que atuam com educação, cultura e política social, porém, para que isso ocorra ressaltam a necessidade de uma nova postura da BP.

Postura que, segundo Suaiden e Leite (2021), requer a reconstrução de uma nova imagem, o estabelecimento de parcerias, a criação de projetos de captação de recursos, a busca de cooperação internacional, ou seja, uma nova postura de gestão/atuação como forma de sair da invisibilidade institucional e conquistar visibilidade junto à sociedade. O que nos permite inferir que a atuação profissional do gestor nestes espaços precisa ser mais proativa, requerendo planejamento, trabalho em equipe e conhecimento de políticas e/ou recursos de fomento para melhoria da instituição.

Le Coadic (2004), destaca a necessidade de compreensão dos aspectos sociais do mundo contemporâneo, observando a informação orientada ao sujeito social que procura e necessita dessa informação para viabilizar uma existência minimamente digna. Zammataro *et al.* (2021) se voltam para as possibilidades

de busca e apreensão de conhecimento colocadas a esse sujeito, além de seu papel na construção da sociedade. Entendemos que embora a informação seja um bem relevante para a humanidade, Rabello e Almeida Júnior (2021) discutem a invisibilidade da BP a partir do contexto da desigualdade social.

Fernandes (2021), em reportagem para a BBC Brasil destaca que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Aponta que quatro fatores contribuem para que o país figure nesta lista: (1º) Os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total; (2º) Os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos; (3º) A metade mais pobre no Brasil possui menos de 1% da riqueza do país; (4º) O 1% mais rico possui quase a metade da fortuna patrimonial brasileira.

Por outro lado, a IFLA/Unesco (2022) atribuem missões-chaves à BP no âmbito da informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural, ou seja, serviços que enfocam os ODS rumo à construção de uma sociedade mais igualitária, humana e sustentável. Nesta perspectiva a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), em 2018, lançou o documento: 'Bibliotecas por um mundo melhor - Agenda 2030' apontando as ações realizadas no contexto brasileiro, identificando bibliotecas que já estão atuando para cumprir 17 objetivos. Salienta-se que o Brasil é um dos países signatários do programa. Corroborando com a FEBAB (2018), Pereira *et. al.* (2021a) destacam as potencialidades da articulação entre BP e Agenda 2030 e as contribuições possíveis para que se possa atingir os 17 ODS.

Por ora, os documentos analisados apontam para a importância da BP e respectivas ações norteadas pela responsabilidade socioinformacional como resposta e compromisso com a sociedade, mobilizando ações que contribuam para o acesso à cidadania das classes menos favorecidas. Neste contexto, a atuação do(a) bibliotecário(a), sua formação acadêmica e a educação continuada ao longo dos processos constituem-se como variáveis significativas para efetivação de ações de enfrentamento da desigualdade social.

Discutindo aspectos da Biblioteconomia Progressista, Moraes (2018) ressalta a sua direção voltada para os grupos carentes de informação e de acesso aos meios culturais e informacionais. Questiona o tecnicismo da formação e

apresenta olhares na perspectiva Freireana: uma formação com viés crítico e libertador, caracterizada pela prática dialógica, conectada com a realidade social moldando profissionais críticos que possam contribuir privilegiando uma *práxis* para emancipação dos cidadãos.

Corroborando com a discussão, Tanus e Silva (2019) ao discorrerem sobre nuances da Biblioteconomia Social, Crítica e Progressista apontam, em suma, para um olhar humanístico, uma atuação a partir das Ciências Sociais Aplicada e orientada para a sociedade carente de subsídios informacionais para o pleno exercício da cidadania. Trazendo o profissional para o processo, Valentim (2018) e Lamas (2018) salientam a necessidade latente de entendimento dos profissionais da informação quanto à importância do seu papel junto à sociedade, haja vista que lidam com a informação, bem como, com políticas que interferem de forma direta na vida do cidadão. Isso não significa uma política partidária, mas antes o planejamento e desenvolvimento de ações orientadas ao fomento do pensamento crítico e do desenvolvimento da cidadania, uma *práxis* engajada direcionada para a justiça social conforme baliza Meneses Tello (2020), rompendo a indiferença, o silêncio em prol da atenuação das desigualdades.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo apresenta em seu delineamento natureza qualitativa, abordagem descritiva e caráter bibliográfico. Quanto aos procedimentos de base bibliográfica, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) identificando-se artigos que contemplassem a temática com um recorte temporal dos últimos oito anos (2015-2023), abarcando o início do estabelecimento da Agenda 2030 até a atualidade.

Para refinar a pesquisa, utilizou-se operadores booleanos e palavras chaves, optando por uma busca ampla em todos os campos (autores, título, palavras-chave, resumo e texto completo). A pesquisa foi realizada no período de quatro a sete de novembro de 2023 centralizando em termos chaves que chegam direto a questão.

Durante a busca pelos termos ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Agenda 2030’, foram recuperados 17 (dezessete) documentos. A busca articulada entre os termos ‘Agenda 2030’ AND ‘Biblioteca Pública’, ‘ODS’ AND ‘Biblioteca Pública’ resultou em nove documentos e por fim ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’, resultou em quatro documentos recuperados. No desfecho chegamos ao montante de 30 artigos em publicações periódicas. No entanto, após análise utilizando os critérios de exclusão: duplicidade, fuga da temática, textos incompletos, selecionamos como amostra válida e pertinente 12 documentos a serem analisados efetivamente.

Em um primeiro momento produzimos um quadro categorizando as ODS que cada artigo contemplava. No segundo momento, fizemos um quadro resumo listando os 17 ODS, autores, data e as respectivas ações desenvolvidas. Por fim, à luz dos artigos recuperados sobre a temática, realizamos uma discussão geral dos resultados apresentando as ODS que os trabalhos contemplavam.

4 Apresentação e discussão dos resultados

Silva, Achilles e Sabbag (2022) destacam a pouca aderência da BP à realidade brasileira, porém, salientam que a mesma deve despertar nos sujeitos o preenchimento de sentido no que tange a potencialização do sujeito social perante a sua formação, bem como, o sujeito autônomo, crítico e dotado de competência informacional para exercer a cidadania, direitos de participação, de democracia e econômicos em busca de um país mais igualitário, justo e inclusivo, contribuindo para que esse sujeito se torne protagonista de sua história a partir do acesso à (in)formação.

Nesta perspectiva, apresentamos no Quadro 1 os resultados e as discussões identificadas, na amostra levantada, acerca dos trabalhos desenvolvidos nas BP a partir da óptica da Agenda 2030, ou seja, dos 17 ODS estabelecidos.

Quadro 1 - Resumo das ações desenvolvidas de acordo com os ODS, a partir da amostra levantada²

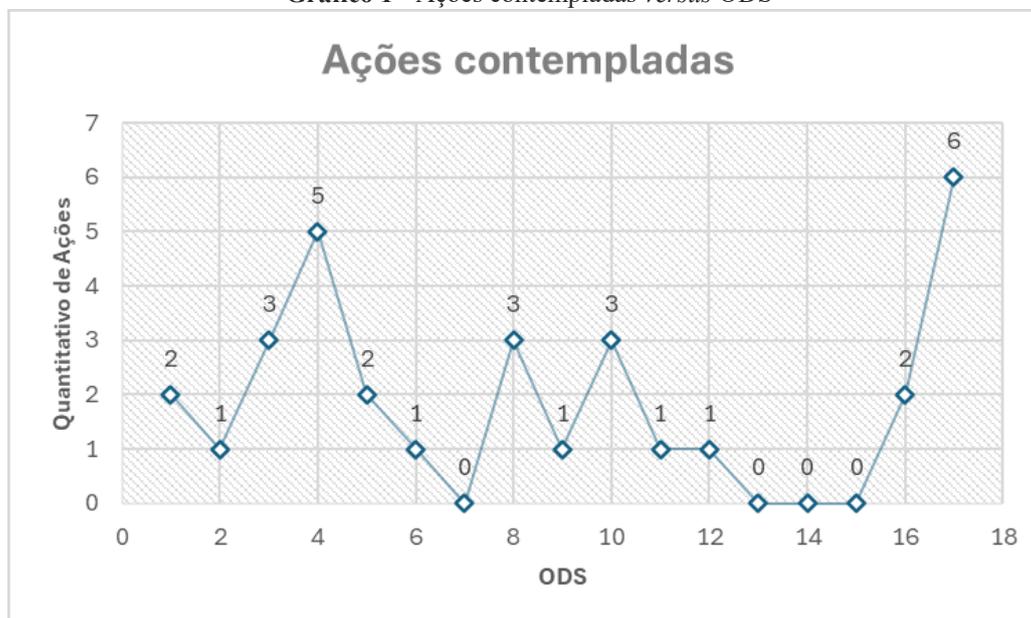
ODS	Autores	Ações desenvolvidas
01 - Erradicação da pobreza	Spudeit & Prado (2017)	Balcão de informações utilitárias; Cinema na biblioteca c/debates; Oficina de História e Cultura da África; Exposição cultural (Consciência Negra e Direitos Humanos); Programa de Acessibilidade; Laboratório de multimídia (Inclusão digital); Defensoria pública.
	Simões & Borges (2021)	Oficina de artesanato; oficina de elaboração de currículo e comportamento na entrevista.
02 - Fome zero	Spudeit & Prado (2017)	Oficina de direitos humanos; Defensoria pública; Atividade de atendimento à mulher; Balcão de Informações utilitárias; Programa de Acessibilidade; Laboratório de multimídia.
03 - Boa saúde e bem-estar	Spudeit & Prado (2017)	Yoga, Curso de consciência Corporal e Dança.
	Simões & Borges (2021)	Palestras com temáticas sobre saúde e Mediação da leitura em hospitais.
04 - Educação de qualidade	Spudeit e Prado (2017)	Apresentação Musical, Cinema na biblioteca c/debates; Chá com poesia; Oficina de História e Cultura da África; Exposição cultural (Consciência Negra e Direitos Humanos); Feira literária; Curso de dança; Cursos de formação artística; Balcão de Informações utilitárias; Programa de Acessibilidade; Laboratório de multimídia; Clube de leitura; Sarau.
	Pinto, Spudeit, Geraldo & Madalena (2018)	Saraus; Cinema na biblioteca; Roda de leitura; Feira do livro; Feira de gibi; Exposição; Contação de história etc.
	Mariano, Brandão & Santa Anna (2021)	Setor Braille - Acesso às leis; Acesso à educação; Capacitação para o mercado; Espaço inclusivo.
	Simões & Borges (2021)	RPG literário e atividades de mediação da leitura.
	Bernardino <i>et al.</i> (2022)	Projeto de leitura (Clube de leitura).
05 - Igualdade de gênero	Mariano, Brandão & Santa Anna (2021)	Setor Braille - Acesso às leis; Capacitação para o mercado; Espaço inclusivo.
	Simões & Borges (2021)	Clube de leitura Leia Mulheres, workshops e Seminários.
	Palhares & Santos (2022)	Saraus; Oficinas; Palestras; Rodas de conversa - Espaço Feminino.
06 - Água limpa e saneamento	Simões & Borges (2021).	Palestras.
07 - Energia acessível e limpa	Simões & Borges (2021)	Acesso ao espaço para uso.
08 - Emprego digno e crescimento econômico	Mariano, Brandão & Santa Anna (2021)	Setor Braille - Acesso às leis; Capacitação para o mercado; Espaço inclusivo.
	Simões & Borges (2021)	Capacitação para ENEM e Vestibulares.
09 - Indústria, inovação e infraestrutura	Spudeit & Prado (2017)	Laboratório de multimídia (Inclusão digital).
10 - Redução das desigualdades	Simões & Borges (2021)	Curso de fotografia inclusiva e Livros em Braille.
	Palhares & Santos (2022)	Saraus, Oficinas, Palestras, Rodas de conversa - Espaço Feminino
	Mariano, Brandão & Santa Anna (2021)	Setor Braille - com as ações inclusivas da Biblioteca, essas pessoas tiveram acesso aos benefícios do governo, sendo inscritos nos programas sociais disponíveis.
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	Simões & Borges (2021)	Exposições, palestras, sarau, bate papo.
12 - Consumo e produção sustentáveis	Simões & Borges (2021)	Feira de troca de livros, oficina de reciclagem.
16 - Paz, justiça e instituições fortes	Simões & Borges (2021)	Contação de histórias.
	Palhares & Santos (2022)	Saraus, Oficinas, Palestras, Rodas de conversa - Espaço Feminino.

ODS	Autores	Ações desenvolvidas
	Mariano, Brandão & Santa Anna (2021)	Sala Braille, computadores, mobiliário, impressora, livros em Braille e uma equipe técnica responsável por atender as pessoas com deficiência.
17- Parcerias em prol das metas	Dantas & Silva (2019)	Discute a viabilização de propostas em consonância com a Agenda 2030 - ABDF - Grupo de Trabalho Bibliotecas Públicas.
	Santa Anna & Costa (2020)	Relata as ações realizadas pelo Projeto Agenda 2030, gerenciado pela Associação de Bibliotecários desse Estado de MG.
	Simões & Borges (2021)	Atividades culturais globais (Dia do rock).
	Pereira, Fernandes, Gasparini & Palleta (2021a)	Apresenta um estudo a respeito da biblioteca pública, suas potencialidades e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.
	Moreira, Oliveira & Paiva (2021)	Discute o papel social das bibliotecas públicas e suas contribuições para a implementação de serviços de informação orientados à Agenda 2030.
	Bernardino (2022)	Analisa a implementação da Agenda 2030 no Brasil a partir do Relatório Luz de 2021.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos 12 (doze) documentos selecionados, foi possível identificar que foram realizadas 31 ações contemplando os ODS, conforme descrito no Quadro 1 e representado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Ações contempladas versus ODS



Fonte: Elaborado pelos autores.

As análises e o enquadramento dos artigos nos ODS, sistematizados no Quadro 1, apontaram para uma forte tendência (41,7% dos artigos) de ações realizadas pelas BP em consonância com o ODS 4 (Educação de qualidade), que

destaca a importância de se assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. As ações elencadas em sua maioria são iniciativas que contemplam a leitura, ou seja, atividades de incentivo à leitura, contação de histórias, sarau de poesia, clube de leitura, dentre outras (Spudeit; Prado, 2017; Pinto *et al.*, 2018; Mariano; Brandão; Santa Anna, 2021; Simões; Borges, 2021; Bernardino *et al.*, 2022).

De fato, é preciso introduzir outras possibilidades de leitura, na perspectiva da mediação da informação e da mediação cultural rumo a diversidade e multiculturalidade que podem ser plasmadas nos espaços, nas coleções e durante a seleção de obras utilizadas nessas práticas de leitura, por exemplo ao tratar de racismo e etnias. O latente papel social da BP permite a consolidação de uma sociedade que opera para alcançar maior justiça social principalmente em contextos democráticos. Nesse sentido entendemos que o ODS 4 pode ser operacionalizado com práticas decolonizadoras, nesse viés instrumentalizando-se com práticas educativas de mediação da leitura e de constituição de coleções reparadoras e mitigadoras de racismo, xenofobia, inclusão e acessibilidade, dentre outras (Tanus; Souza, 2022).

É importante salientar também que (50% dos artigos) contemplam o ODS 17 (parcerias e meios de implementação) que em suma, compreende o fortalecimento dos meios de implementação dos ODS nas bibliotecas, sinalizando engajamento e/ou compreensão da importância de se atender os objetivos propostos na Agenda 2030 por parte da classe bibliotecária no âmbito das bibliotecas públicas. A BP é instituição social, é espaço social e tem uma dimensão social a ser cumprida.

Considerando ações norteadas por essa dimensão, Jaramillo (2017) reflete que as BP devem ser criadas para o povo, principalmente nas periferias da cidade e em bairros marcados por altas taxas de exclusão. Discorre que essas bibliotecas, estrategicamente localizadas, possuem valor inestimável nesses contextos pois incorporam o patrimônio vivo local, dialogam com a comunidade a todo o momento, e por conseguinte, preservam o passado, relacionam-se com

o presente e são plataformas para o futuro fazendo parte do tecido social dessa comunidade.

Por outro lado, quando pensamos sobre a desigualdade social não conseguimos dissociá-la da fome, da pobreza, do desemprego, da ausência de saneamento básico, da falta de saúde, violência e outras mazelas. Por ora, poucas ações têm contemplado os ODS 2, 3 e 10 que norteiam o enfrentamento desses dilemas sociais. Bernardino (2022) destaca a relevância da BP e sua atuação na sociedade a partir da Agenda 2030 trazendo à tona o conceito moderno de BP pactuado a partir de conceitos de identidade, territorialidade, empoderamento e sustentabilidade e integração à comunidade no qual está inserida. Uma perspectiva de BP atribui identidade, valor político e poder ao oferecer serviços e produtos orientados ao empoderamento a partir do acesso à informação, da relação dialógica com a comunidade e do reconhecimento da diversidade cultural existente no espaço ou território em que atua (Avedoy, 2021).

Ainda assim, não é o que constatamos em relação à BP, pois existem exceções. Simões e Borges (2021) apresentam a atuação da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG) no período de 2016 a 2019, sinalizando que a BPMJG se encontrava alinhada à Agenda 2030 e atuando em 12 dos 17 ODS propostos na Agenda 2030, sendo os ODS: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 16 e 17. O caso excepcional de uma BP cumprindo o seu papel social na *práxis* orientada às reais demandas da sociedade na qual está inserida. Entre acertos e desacertos a BP vai seguindo seu curso.

Dentre os acertos, Mariano, Santa Anna e Brandão (2021) destacam a atuação da Biblioteca Pública de Lagoa Santa, a partir do projeto Sala Braille como uma iniciativa de inclusão atendendo aos ODS 3, 4, 8, 10 e 16. Objetivos relevantes atendidos a partir de um projeto que promove independência e autonomia do cidadão e o acesso à plena cidadania.

Já Palhares e Santos (2022) apontam o trabalho realizado pela Biblioteca Pública Cora Coralina no empoderamento da mulher negra, atendendo aos ODS 05, 10 e 16: uma mulher empoderada, com ferramentas para lutar contra a desigualdade e exigir os direitos que a cidadania lhes garante. Destacam que as

bibliotecas podem ser espaços de desconstrução de preconceitos como: racismo, homofobia, xenofobia, transfobia, lesbofobia, dentre outros.

No campo teórico, Pereira *et. al.* (2021b) discutem a atuação da BP no fomento à empregabilidade, a partir da concepção de um serviço de orientação profissional. Apresentam a proposta de um serviço de referência virtual denominado Serviço de Orientação Profissional (SOP), concebido para BP com o objetivo de oferecer capacitação e orientação profissional para a comunidade de usuários. Tal iniciativa parte de um processo de inovação de serviços a partir do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e atende ao ODS 8. As TIC quando bem instrumentalizadas podem aperfeiçoar a oferta de serviços de Informação utilitária que podem contribuir para a formação e/ou empregabilidade dos cidadãos por meio da (in)formação.

No campo da *práxis*, Spudeit e Prado (2017) ao apresentarem o trabalho realizado pelas Bibliotecas Parques na cidade do Rio de Janeiro, a saber: Biblioteca Parque Estadual (RJ), Biblioteca Parque Manguinhos e Biblioteca Parque Rocinha, destacam que as mesmas atuam com atividades que contemplam principalmente aos ODS 1, 2, 3, 4 e 9, salientam a necessidade de ações que contemplem os objetivos cinco e 10, bem como, discorrem sobre as demandas de ações voltadas para atingir os ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15.

A BP atende e/ou deveria atender os mais diversos públicos que estão em seu entorno. Na perspectiva do constructo de uma BP para todos(as), Silva, Camillo e Guaraldo (2023) enunciam a necessidade da competência cultural na gestão da diversidade, o que implica atuar e agir para alcançar os variados públicos do contexto no qual a BP está inserida, ou seja, ações que contemplem as minorias, a diversidade linguística, a diversidade sexual, racial, religiosa, em suma, a cultura local presente em um estado/cidade/bairro/região que possui diversas culturas, vivências e subjetividades.

Em consonância com as considerações de Silva, Camillo e Guaraldo (2023), Gerlin, Fraga e Rosemberg (2013) trazem o conceito de multiculturalismo brasileiro ressaltando a precedência de alcançar os mais variados grupos, de considerar a múltipla e rica cultura brasileira, promover a interação entre os diversos grupos de usuários e a sociedade a qual pertencem,

destacando essa *práxis* por parte do bibliotecário como uma responsabilidade que opera a favor da cidadania.

Por ora, entende-se que o cumprimento dos ODS, bem como, das diretrizes estabelecidas pelo Manifesto IFLA/Unesco 2022 para as BP dependem do envolvimento do profissional bibliotecário, no entanto, Pinto, SPudeit, Geraldo e Madalena (2018) nos relatam que de um universo de 165 bibliotecas pesquisadas em Santa Catarina, apenas 13,4% dos gestores de BP possuem formação em Biblioteconomia e deste universo ainda há outro dado alarmante, 61% das bibliotecas não possuem bibliotecários na equipe.

Essa situação levantada sinaliza para a necessidade de se verificar se este fato também predomina em outras regiões brasileiras, haja vista que o profissional possui a capacitação para realizar as atividades, mas a sua falta ou ausência nesses espaços é empecilho para execução de uma *práxis* em consonância com os documentos norteadores (Manifesto 2022 e Agenda 2030).

Complementando a interpretação dos resultados obtidos, Simões e Borges (2021) sinalizam a ação realizada que atende o ODS 17 estruturado para em sua execução fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Os trabalhos de Dantas e Silva (2019), Santa Anna e Costa (2020), Moreira, Oliveira e Paiva (2021), Pereira, Fernandes, Gasparini e Paletta (2021a) e Bernardino (2022) não direcionam diretamente o ODS 17 como forma de ação, no entanto, discutem a importância da Agenda 2030 no contexto das bibliotecas, descrevem ações da classe bibliotecária em favor de discussões e/ou planejamento para atuar na perspectiva da Agenda 2030, o que no entendimento contempla a *library advocacy* ou a defesa das ações da BP em consonância com Agenda 2030, levando-nos a categorizar os seis artigos na ODS 17, nos auxiliando a repensar a *práxis* (Dantas; Silva, 2019; Santa Anna; Costa, 2020; Simões; Borges, 2021; Pereira *et al.*, 2021a; Moreira; Oliveira; Paiva, 2021; Bernardino, 2022).

As ações apresentadas nas análises dos trabalhos nos permitem inferir que precisamos avançar ainda mais, no combate à pobreza, erradicação da fome, igualdade de gênero, nas questões ambientais, desenvolvimento econômico, redução das desigualdades, justiça e paz, ou seja, atuar paulatinamente no

campo da promoção de atividades que visem combater a desigualdade social, promovendo a dignidade humana principalmente das classes minoritárias excluídas do acesso à (in)formação.

5 Considerações finais

Informação é poder. É a ferramenta capaz de promover mudanças significativas em uma sociedade a partir do livre acesso, independente de quaisquer prerrogativas. O Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias (FEBAB, 2013) aponta que “[...] Competência em Informação deve ser compreendida como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser, sendo essencial à sua sobrevivência”. Nesse sentido, os profissionais destacam no referido Manifesto que a competência em informação estreita a relação com as necessidades de grupos em desvantagem na sociedade brasileira e que a capacidade para o acesso e uso inteligente dessa informação propicia o aprendizado ao longo da vida, bem como, o efetivo exercício da cidadania, logo, cabe às BP construir e/ou fomentar ações compensatórias e dirigidas a essas minorias.

São 17 ODS a serem trabalhados pela BP. O período pandêmico trouxe retrocessos sociais em muitos aspectos para a sociedade brasileira. No entorno onde estão situadas as diversas BP não é difícil enumerar as medidas que necessitam ser implementadas para combater as ‘fomes’ das comunidades que as cercam. Que fomes são essas? Fome de alimento, fome de saúde, fome de educação, fome de emprego, fome de justiça social, fome de moradia digna, fome de educação, fome de cultura, fome de lazer, fome de segurança, fome de paz, fome de combate ao racismo, fome de combate a homofobia, fome de combate à violência contra a mulher, fome de preservação ambiental, fome de acesso às tecnologias.

São tantas ‘fomes’ enumeradas aleatoriamente, que podem e devem ser combatidas por meio do acesso à informação, qualificação para uso da informação, de acervos, de serviços que cumpram um papel social e civilizatório. A BP precisa sair da caixa (edifício), ou seja, do seu quadrado,

precisa romper os muros, ganhar praças, escolas, posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e estabelecer-se enquanto espaço social realmente onde o povo carente está. Precisa reescrever a sua *práxis* pautada na responsabilidade socioinformacional emancipatória e indutora do acesso à plena cidadania.

As discussões sobre o papel da BP para a consolidação da agenda 2030 no âmbito de um dos principais eventos da área, o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) ainda são tímidas. Do período compreendido de 2015 a 2023, somam-se oito anos do estabelecimento das diretrizes da Agenda 2030 (ONU, 2015), neste interregno de tempo recuperamos apenas três trabalhos publicados neste evento tratando da Agenda 2030: Bernardino (2021) e Gasparini e Alcará (2021; 2023).

Bernardino (2021) destaca a atuação da BP cearense no âmbito do desenvolvimento sustentável a partir das oito dimensões de sustentabilidade de *Sachs* a partir do uso do Instagram. Aponta ações tímidas em seis dimensões e alta concentração na dimensão social e cultural. Ressalta o potencial deste equipamento para o empoderamento local e no auxílio à implantação da Agenda 2030.

Gasparini e Alcará (2021) apontam reflexões iniciais a respeito da competência em informação na BP e a necessidade de sua contextualização à Agenda 2030. Ressaltam que esta pode ajudar a romper as barreiras referentes a informação em diversos contextos, inclusive em relação ao desenvolvimento sustentável. Dois anos depois, Gasparini e Alcará (2023) retomam a discussão trazendo uma reflexão a partir da *práxis* do Sistema de Bibliotecas Públicas de Londrina (PR), destacando que esse Sistema viabiliza diversas ações que promovem a competência em informação e os ODS. Concluem que as ações desenvolvidas nas Bibliotecas Públicas de Londrina contribuem com o desenvolvimento da competência em informação, apoiando no atendimento dos ODS e na concretização de algumas de suas metas.

Tais descobertas, sinalizam para a necessidade de ampliação das discussões quanto ao papel social da BP no contexto da consolidação da Agenda 2030, da *práxis* engajada direcionada ao enfrentamento das desigualdades

sociais e do compromisso com a responsabilidade socioinformacional da BP e dos profissionais que nela atuam.

Por fim, as BP podem e devem (re)pensar e implementar suas ações, a partir dos documentos norteadores (Manifesto da BP, Agenda 2030, Bibliotecas por um mundo melhor), pautados nos ODS, atendendo às necessidades principalmente dos subalternos (Spivak, 2010), permitindo que suas vozes sejam ecoadas e ouvidas.

Estes documentos são válidos quanto aos direcionamentos, no entanto, não podem engessar as ações, não podem ser encarados como uma receita que pode atender o mundo globalmente, mas adaptável, ou seja, no contexto da BP brasileira e necessidades informacionais latentes (vulnerabilidades informacionais), tangenciando ações para atender nossos maiores gargalos, promovendo a emancipação de cidadãos e a justiça social a partir do acesso à (in)formação.

Referências

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 31-54, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2001v6n1p31> . Acesso em: 6 mar. 2024.

AVEDOY, T. **Manifiesto poético/político por la investigación de/en la biblioteca pública**. [Textos, Teresa Avedoy; edición y corrección de textos, Gwennhael Huesca; ilustraciones, Juan David Quintero Arenas]. Medellín: Tragaluz, 2021.

BALLESTRIN, C. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira Ciência Política**, Brasília, v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004> . Acesso em: 23 abr. 2024.

BERNARDINO, M. C. R. Biblioteca Pública e sua atuação na sociedade. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 5, n. 1, p. 57-71, 2022.

BERNARDINO, M. C. R. A biblioteca pública e a agenda 2030: políticas e estratégias de empoderamento local. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Ancib, 2021.

BERNARDINO, M. C. R.; PEREIRA, H. S. de M.; SILVA, A. P. P.; SILVA, M. D. de S. Iniciativas das bibliotecas públicas cearenses em apoio à implementação da Agenda 2030 no contexto da pandemia da covid-19. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2022v6n01ID27751> . Acesso em: 5 mar. 2024.

BREJO da Cruz. [Compositor e intérprete]: Chico Buarque de Holanda. *In*: CHICO Buarque. Intérprete: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Polygram, 1984. 1 disco vinil, lado A, faixa 2 (3:34 min).

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science & Technology**, New Jersey, v. 37, p. 343-411, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aris.1440370109> . Acesso em: 20 out. 2023.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012> . Acesso em: 6 mar. 2024.

CARNEIRO, L. F.; NUNES, V.; CAVALCANTE, E.; FARIAS, G. G. Aprendizagem móvel, competência em informação e mediação: interlocução sob a ótica do paradigma social da Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 34-47, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v23n52p34> . Acesso em: 6 mar. 2024.

DANTAS, J. H.; SILVA, L. N. F. Congregando ideias em prol das bibliotecas públicas: o relato de experiência do Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas da ABDF. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 177-190, 2019.

FEBAB. **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. São Paulo: FEBAB, 2013.

FERNANDES, D. 4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. **BBC Brasil**, São Paulo, set. 2021.

GASPARINI, Z. A.; ALCARA, A. R. Ações para o desenvolvimento da competência em informação e da agenda 2030 no âmbito do sistema de bibliotecas públicas de londrina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ancib, 2023.

GASPARINI, Z. A.; ALCARA, A. R. Biblioteca pública e competência em informação: aliadas na execução dos objetivos da agenda 2030. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ancib, 2021.

GERLIN, M. N. M.; FRAGA, A. N.; ROSEMBERG, D. S. A biblioteca pública na sociedade multicultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2013. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. São Paulo: FEBAB, 2022.

JARAMILLO, O. Papel de la biblioteca pública en la recuperación de la memoria local y el fortalecimiento del tejido social. *In*: MOURA, M. A.; SILVEIRA, F. J. N. (org.). **Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2017. p. 74-87.

LAMAS, T. A. As dimensões políticas da biblioteconomia no Brasil. *In*: SPUDEIT, D.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de S. L.; DAVID, J. G. (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 23-54.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MARIANO, P. R.; BRANDÃO, T. S.; SANTA ANNA, J. Biblioteca Pública de Lagoa Santa e a Agenda 2030: o projeto Sala Braille como uma iniciativa de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-28, 2021.

MENESES TELLO, F. Bibliotecas y justicia social: el paradigma político-social de la biblioteca inclusiva y la biblioteca incluyente. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte v. 6, n. 3, p. 54-77, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46902/2020n3p54-77> . Acesso em: 10 dez. 2023.

MORAES, M. B. Biblioteconomia Progressista: elementos para repensar a formação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. esp., p. 5-14, 2018.

MOREIRA, C. S.; OLIVEIRA, D. A.; PAIVA, M. A. M. Perspectivas da Agenda 2030 para as bibliotecas públicas. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp., p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-6658.2021.37167> . Acesso em: 22 mar. 2024.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 21-34, 2006.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** New York: Organização das Nações Unidas, 2015.

NASCIMENTO, M. A. S.; MATA, M. L. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1-19, 2021.

PALHARES, M. C.; SANTOS, L. H. A biblioteca pública Cora Coralina como espaço para o empoderamento da mulher negra em atendimento às ODS 5, 10 e 16. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1-17, 2022.

PEREIRA, A. P.; FERNANDES, O. B. R.; GASPARINI, Z. A.; PALETTA, F. C. Biblioteca pública como dispositivo de transformação social e a Agenda 2030. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 15, p. 1-29, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02127>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PEREIRA, D. M. R.; MATOS, I. Y. R.; ANTUNES, A. P.; PAULESKY JULIANI, J. A Biblioteca aumentando a empregabilidade: a concepção de um serviço de orientação profissional. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 15, p. 1-22, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02128>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PINTO, M. D. S.; SPUDEIT, D.; GERALDO, G.; MADALENA, C. S. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, 2018.

RABELLO, R.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2021.

RANGANATHAN, S. R. **As “Cinco Leis da Biblioteconomia”**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

ROSA, D. A. D.; GONCALVES, M. L.; PEIXOTO, R. C. A memória das bibliotecas públicas brasileiras e a perspectiva decolonial. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., 2022. **Anais [...]**. São Paulo: Ancib, 2022.

SANTA ANNA, J.; COSTA, M. E. O. Associação de bibliotecários e a agenda 2030: a contribuição social das bibliotecas no Estado de Minas Gerais. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 509-530, 2020.

SIMÕES, F.; BORGES, J. A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-23, 2021.

SILVA, B. D. O.; CAMILLO, E. S.; GUARALDO, T. S. B. Competência cultural na gestão da diversidade: estudo de caso em uma biblioteca pública. **Palabra Clave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18539912e203> . Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA, O.; ACHILLES, D.; SABBAG, D. M. A. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar? **Palabra Clave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 11, n. 2, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/https://doi.org/10.24215/18539912e158> . Acesso em: 22 mar. 2024.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SPUDEIT, D.; PRADO, J. M. K. Bibliotecas Parque e a Agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 138-152, 2017.

SUAIDEN, E. J.; LEITE, C. A biblioteca pública no contexto histórico das desigualdades. In: LESSA, B.; LINS, I. (org.). **Pra que serve a biblioteca pública?** Salvador: EDUFBA, 2021. p. 153-166.

TANUS, G. F.; SILVA, D. C. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2019v3n0ID18371> . Acesso em: 26 set. 2024.

TANUS, G. F.; SOUZA, G. T. C. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palabra Clave (La Plata)**, Buenos Aires, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18539912e170> . Acesso em: 6 mar. 2024.

TARGINO, M. G. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 26-33, 1997.

VALENTIM, M. L. P. A importância da atuação política do profissional da informação. In: SPUDEIT, D.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de S. L.; DAVID, J. G. (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 23-54.

VALENTIM, M. L. P. *et. al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. cap. 1.

ZAMMATARO, A. F. D.; CUNHA, S. S.; SANTOS, C. R.; ALBUQUERQUE, A. C. Os paradigmas da ciência da informação e as contribuições do paradigma social à organização e representação do conhecimento. *In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 5., 2021. Anais [...]. Londrina: UEL, 2021.*

The brazilian public library under the social paradigm of Information Science: for an engaged practice and combat social inequality

Abstract: It investigates praxis in Brazilian Public Libraries from the social paradigm of Information Science and the 2030 Agenda proposed by Unesco to address social inequalities. It is based on the premise that Information Science is an applied social science and in this research discusses the social nature of informational phenomena, through the triad social paradigm of Information Science, Public Library and Sustainable Development Goals. Methodology: Qualitative research, descriptive approach operationalized from bibliographic research with the Information Science Database. During a bibliographic survey with Brapci, articles that covered the theme were retrieved with a time frame of the last eight years (2015-2023). 12 articles were selected as a valid and relevant sample. Results: As a result of the sample analysis, it points out that libraries have promoted actions in line with the 2030 Agenda, with greater expressiveness in Sustainable Development Goal four - Quality education and that, in the other dimensions, few actions were reported. Conclusions: in view of the social context in which Public Libraries are inserted, it identifies the need to expand effective actions for the fulfillment of the 2030 Agenda, for the fulfillment of socio-informational responsibility as a government agent, through an engaged and oriented practice too the fight against social inequalities and the promotion of citizenship based on access to (in)information. It expects the emancipation and protagonism of the subjects as an effect of the actions.

Keywords: public library; social paradigm of information science; 2030 agenda; sustainable development goals; public library manifesto 2022

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Jairo Santos, Marta Leandro da Mata

Coleta de dados: Jairo Santos

Análise e interpretação de dados: Jairo Santos, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Marta Leandro da Mata

Redação: Jairo Santos, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

Revisão crítica do manuscrito: Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Marta Leandro da Mata

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Autoria para correspondência

Jairo Santos

jairo.santos@edu.ufes.br

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

SANTOS, Jairo; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima; MATA, Marta Leandro. A Biblioteca Pública brasileira sob o paradigma social da Ciência da Informação: por uma práxis engajada e de combate à desigualdade social. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-142702, 2025. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.142702>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.142702A>

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.142702B>

Recebido: 23/09/2024

Aceito: 10/04/2025



-
- ¹ Neste artigo o conceito de práxis foi tomado de Targino (1997) para referir-se às ações engendradas pelos profissionais de informação direcionadas ao crescimento e desenvolvimento humano, haja vista que o valor da práxis reside na sua função social.
- ² As referências completas dos textos recuperados encontram-se referenciados na lista de referências no final do artigo.